

Estudante da USP é primeira brasileira preta premiada com bolsa de agência nuclear internacional

Notícias

Postado em: 13/12/2021 15:40

Ana Gabryele Moreira, natural de Salvador (BA), é mestranda na capital paulista e terá incentivo após analisar a participação das mulheres na área nuclear do IPEN. Ela recebeu o Prêmio Marie Curie da Agência Internacional de Energia Atômica. Estudante de física médica na Universidade de São Paulo (USP), Ana Gabryele Moreira, de 29 anos, seguirá o mestrado fora do país em 2022. Isso porque ela se tornou a primeira mulher preta brasileira a receber o Prêmio Marie Curie da Agência Internacional de Energia Atômica (de sigla IAEA, em inglês), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Nascida no bairro de Cajazeiras, área periférica da capital baiana Salvador, a jovem contou com uma série de mulheres a incentivando em sua trajetória escolar. Ela levou o prêmio justamente através de uma análise sobre a participação delas na área nuclear. Com a conquista do prêmio, a jovem preta terá uma bolsa de 10 mil a 40 mil euros para estudar no exterior a partir do ano que vem. Ainda não está definido o local, podendo ser a sede da Agência, que fica em Viena, na Áustria. Em 2020, a IAEA iniciou um trabalho para incentivar mulheres a ingressarem no mundo da energia nuclear. Como explica Gabryele, contemplada nesta segunda edição do prêmio, a área é praticamente toda dominada por homens brancos. “Desenvolvi uma pesquisa junto ao instituto e a WiN Brasil para entender o perfil sociocultural dessas mulheres. Foi perguntado cor, naturalidade, se são orientadas por homens ou mulheres, áreas que mais atuam, mulheres que são referências no instituto pra elas, se tem cargo de chefia”, conta, sobre a pesquisa “Estudo do perfil sociocultural de mulheres que atuam em um instituto nuclear brasileiro”, feito por ela, Priscila Rodrigues, Karoline Suzart e Nelida Mastro. Resultados da pesquisa Ana Gabryele traçou o perfil sociocultural dessas mulheres. Nos resultados, com base em respostas voluntárias, as raras mulheres que ocupam espaços são divididas em 84% brancas e apenas 10% pretas. “Não há nenhuma indígena e há poucas mulheres ocupando cargos de chefia”, completa. O estudo da física nuclear contempla, além do estudo na área nuclear em reatores e usinas, a produção de medicamentos para tratamento de câncer, utilizados hoje pelo SUS. São calibrados equipamentos utilizados na radiologia, detectores de radiação e é feito o planejamento e cálculo de doses corretas para tratamentos de câncer, como em Física Médica, por exemplo. São funções, como conta a estudante preta, mais voltadas para a saúde. E é onde as mulheres aparecem mais. “Escolher áreas da biomédica sugere feminilização da ocupação. A profissionalização feminina, há séculos, estava relacionada a funções que mulheres desempenham tradicionalmente, atividades como cuidar, educar, servir, que eram entendidas como dom ou vocação”. Apesar de estudar tecnologia nuclear, Ana também segue como estudante de física médica. Paralelamente, busca mostrar os trabalhos dessas mulheres, entre elas Linda Caldas, Constância Pagano, Mitiko Saiki, Denise Furgaro e Maria Elisa Rostelato. “São as mais citadas e reconhecidas entre as mulheres do instituto”, pontua. “Teve o trabalho de um homem, aqui no Brasil, em que ele cita 16 homens na física nuclear, nenhuma mulher. E trazemos justamente essa crítica, que tem mulheres muito boas trabalhando na física nuclear do Brasil, reconhecidas internacionalmente, e mulheres não são citadas”, exemplifica, ao citar o livro “O Programa Nuclear Brasileiro”, de Carlo Patti, analisado em uma dissertação de Camila

Faiçal Cruz. Trajetória até o estudo internacional Desde a formação em escola que ficava próximo a uma unidade da Universidade Federal da Bahia, onde explicavam a importância do ensino superior, foram as mulheres responsáveis por instigar Ana Gabryele. Ela é a primeira pessoa da família a ingressar na universidade pública graças, como ela conta, ao sistema de cotas. Filha de um trabalhador de transporte coletivo e uma dona de casa, ela tentou por cinco anos entrar na UFBA, até passar na Universidade Federal de Sergipe, depois de ter feito um curso tecnológico em radiologia. Ali, recebeu o conselho de ir para a física médica. Deu certo. “A partir disso, durante toda a minha graduação, dependi de auxílio permanência e moradia estudantil, como o Reuni. Sem todos esses auxílios não seria possível para mim permanecer na universidade”, relembra. “Eu sou apenas uma dos milhares de jovens com origens e trajetórias semelhantes: periféricas e pretas, que precisam desta oportunidade e condições para poder sonhar com o que estou vivendo agora. Esses auxílios sofrem cortes orçamentários, devido a ações do governo federal no atual momento”, critica. As professoras do ensino básico deram lugar às orientadoras Divanizia Nascimento, Ana Maia, Susana Lalic, Marcia Attie e Laélia Campos, do curso de Física Médica da Universidade Federal do Sergipe, onde Ana se formou. Elas incentivam as estudantes durante a graduação a conquistarem novas possibilidades no meio acadêmico. Foram elas as responsáveis por provocarem Ana a se mudar e estudar em São Paulo, no Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares (IPEN), dentro da USP – onde fica o primeiro reator nuclear do Brasil e onde algumas delas se formaram. É nele que são produzidos 25 medicamentos diferentes para o tratamento de câncer, os chamados radiofármacos. Cerca de 85% destes medicamentos no país são feitos no instituto. O IPEN é vinculado à Comissão Nacional de Energia Nuclear, o CNEN, que fiscaliza e regulamenta o uso da energia nuclear em todo o país. Internacionalmente, o CNEN se reporta à Agência Internacional de Energia Atômica. Estava feito o elo para Ana Gabryele tentar – e conseguir – sua bolsa. “A área nuclear é muito voltada para homens brancos e a agência está com projeto de equidade de gênero”, diz Ana. Para alterar a situação atual, surgiu o WiN (Mulheres na área nuclear, em tradução livre do inglês) – entre eles Win Brasil (Mulheres do Setor Nuclear Brasil), entidade presidida por Danila Dias. “O propósito é fazer análise quantitativa, promover ações, eventos científicos, desmistificar e incentivar meninas e mulheres a entrarem na área, além de garantir que se tenha um espaço para elas se sentirem acolhidas”, afirma a estudante. Fonte: Geledés